



O projecto finlandês prevê um investimento de 200 milhões

Empreendimento finlandês em Querença ganha fôlego

Ambiente
Idália Revez

O projecto Quinta da Ombria, num impasse há 20 anos por razões ambientais, espera agora pela solução de "obstáculos administrativos"

O projecto turístico finlandês Quinta da Ombria, em Querença, que há 20 anos espera aprovação das autoridades portuguesas devido a dúvidas levantadas por Bruxelas sobre as leis de defesa ambiental, está mais perto de avançar. Quem o anunciou foi o secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, que ontem visitou a zona.

Pedro Afonso de Paulo estava em visita ao "projecto Querença" - uma iniciativa da Universidade do Algarve e da Fundação Manuel Viegas Guerreiro destinada a travar o processo de desertificação do interior do país através da acção de um grupo de jovens que foi viver e trabalhar para a aldeia. Por coincidência, é neste sítio que está para nascer o empreendimento Quinta da Ombria - um investimento de 200 milhões de euros.

Este projecto foi tema de discussão entre o primeiro-ministro português e as autoridades finlandesas. Na tentativa de captar investimento estrangeiro para Portugal, a demora na aprovação do projecto

foi um argumento esgrimido por Helsínquia. Na quarta-feira à noite, a partir da Finlândia, Pedro Passos Coelho, apurou o PÚBLICO, telefonou ao secretário de Estado do Ambiente, a pedir mais informações sobre este caso.

"O senhor primeiro-ministro levou informação relativamente a este projecto concreto porque nós tínhamos algumas situações que vinham do passado e penso que poderão ser desbloqueadas", adiantou ontem o secretário de Estado. Nesta altura, o impasse "tem a ver essencialmente com obstáculos administrativos", afirmou o governan-



O secretário de Estado acredita que ali vai nascer um projecto turístico e ambiental exemplar

te, em Querença. As dificuldades colocadas, disse, "têm muito a ver com a forma como nós construímos o nosso ordenamento jurídico no ordenamento do território".

"Uma das questões tinha a ver com diferentes interpretações da mesma coisa, por diferentes organismos públicos. Por isso, tem sido feito um esforço de articulação e penso que o projecto poderá ser um projecto emblemático, quer em termos turísticos quer em termos de protecção ambiental", disse.

O projecto da Quinta da Ombria foi travado por uma queixa apresentada em Bruxelas pela Liga para

a Protecção da Natureza (LPN), alegando que a construção do campo de golfe do empreendimento punha em perigo, por contaminação, o principal aquífero da região - Querença/Silves.

O estado português foi questionado pelas autoridades comunitárias devido às acusações de que não estariam totalmente garantidas as leis de defesa ambiental.

Sobre este projecto, afirmou ainda que, "ao contrário de outros países, Portugal tem um ordenamento jurídico que, do ponto de vista conceptual, não prevê nem uma possibilidade total nem uma proibição total - está construído na base da ponderação dos valores em função do mérito do projecto".

Fim dos direitos adquiridos

O governo prepara-se para submeter à discussão pública, "até final de Março ou no princípio de Abril", um novo diploma sobre o uso do solo.

O secretário de Estado do ambiente, adiantou que estão previstas duas alterações de fundo. Uma diz respeito ao prazo dos alvarás de construção de construção que passam a ter um prazo de validade: "Os direitos adquiridos não são para sempre", sublinhou. Por outro lado, as mais valias resultantes da alteração do uso de solo rural para urbano "revertem a favor do Estado". Com esta alteração, adiantou, "procura-se disciplinar o território e valorizar a reabilitação".